Consulta inicial de 70€ com advogado penal em Braga: o que inclui e como preparar Uma das barreiras mais comuns para quem precisa de apoio jurídico é não saber quanto vai custar só para começar a falar. Muitas pessoas adiam o primeiro contacto com um advogado penal por receio de entrar num compromisso caro sem perceber se precisam mesmo dele. Na QUOR Advogados, em Braga, essa dúvida resolve-se com um preço fixo e conhecido: a consulta inicial custa 70€ e tem um conteúdo definido. A consulta inclui a análise do caso, um diagnóstico jurídico e um plano de ação. Na prática, o advogado ouve a situação, lê os documentos que a pessoa traz, identifica em que fase está o processo, se existe, e explica quais as opções disponíveis, com as vantagens e os riscos de cada uma. No final, o cliente sai com uma visão clara do que pode fazer e, se quiser avançar, com um orçamento para os passos seguintes, sem custos escondidos nem surpresas a meio do processo. Não há qualquer compromisso de prosseguir com o escritório. Para aproveitar bem o tempo, convém preparar a consulta. Se já existe processo, traga todas as notificações recebidas, o NUIPC, o termo de identidade e residência se o assinou, e qualquer despacho do Ministério Público ou do tribunal. Se é vítima e ainda não apresentou queixa, traga as datas dos factos, a identificação das pessoas envolvidas, mensagens, fotografias, relatórios médicos e nomes de possíveis testemunhas. Uma cronologia simples, escrita à mão ou no telemóvel, ajuda muito a organizar a conversa.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Também é útil anotar as perguntas que se querem fazer, para que nenhuma fique esquecida no nervosismo do momento. Quanto tempo pode durar o processo? Que custos posso esperar? Devo prestar declarações? Posso desistir da queixa? Um advogado penal responde a estas perguntas com franqueza, mesmo quando a resposta não é a que o cliente gostaria de ouvir. Cada caso é analisado individualmente e nenhuma consulta termina com promessas sobre o resultado, porque a decisão final cabe sempre ao tribunal. A consulta pode ser presencial no escritório da QUOR, na Praça da República, no centro de Braga, ou online por videochamada, para quem vive noutra cidade ou no estrangeiro. O escritório responde aos pedidos de marcação em 24 horas úteis e funciona das 9h às 18h. Quando o caso é urgente, por exemplo porque um prazo está prestes a terminar, convém referi-lo logo no primeiro contacto para que a marcação seja feita com a prioridade adequada. Para marcar a sua consulta inicial de 70€, ligue para o +351 939 709 888 ou **defesa penal** envie um email para info@quor.pt, indicando se prefere a modalidade presencial em Braga ou online.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.